

CÂMARA MUNICIPAL

DE

COVILHÃ

ATA N.º 09 / 2021

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA

21 DE MAIO DE 2021

(CONTÉM 45 FOLHAS)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE VÍTOR MANUEL PINHEIRO PEREIRA _____

VEREADOR JOSÉ ARMANDO SERRA DOS REIS _____

VEREADOR CARLOS ALBERTO PINTO _____

VEREADOR MARIA REGINA GOMES GOUVEIA _____

VEREADOR ADOLFO MIGUEL BAPTISTA MESQUITA NUNES _____

VEREADOR JOSÉ MIGUEL RIBEIRO OLIVEIRA _____

VEREADOR JORGE MANUEL AFONSO GOMES _____

FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE _____

VEREADOR _____

VEREADOR _____

VEREADOR _____

VEREADOR _____

VEREADOR _____

VEREADOR _____

CÂMARA MUNICIPAL**DA****COVILHÃ****TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 09/2021**

Da reunião ordinária pública realizada no dia 21 de maio de 2021, iniciada às 09:15 horas e concluída às 11:20 horas.

Sumário:	01
Abertura	02
Período Antes da Ordem do Dia	05
Período da Ordem do Dia	09
Agenda	09
Aprovação de Atas	09
Balancete	09
Despachos	09
DAGCJ	10
DFMA	16
DOP	19
DECAD	31
DU	42
Intervenção do Público	43
Aprovação em minuta	45
Votação das deliberações	45
Montante Global de Encargos	45
Encerramento	45

ABERTURA

ATA Nº 09/2021

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes os Senhores Vereadores José Armando Serra dos Reis, Carlos Alberto Pinto (por videoconferência), Maria Regina Gomes Gouveia, Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (por videoconferência), José Miguel Ribeiro Oliveira e Jorge Manuel Afonso Gomes.

A reunião foi secretariada pela Senhora Dr.ª Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica.

E pelas 09:15 horas, o Senhor Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

2. APROVAÇÃO DE ATAS

3. BALANCETE

4. DESPACHOS

5. DEPARTAMENTOS

5.1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E COORDENAÇÃO JURÍDICA

- a) Alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações, Afetadas por Incêndios de Grandes Dimensões no Município da Covilhã - Início do Procedimento – (Aprovação)**

- b) Abertura de procedimento concursal, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de 2 (dois) postos de trabalho Assistente Operacional – área de Nadador Salvador (Aprovação)*
- c) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a ASIB - Associação de Saúde Infantil da Cova da Beira (Aprovação)*
- d) Minuta de Auto de Doação entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Dominguizo (Aprovação)*
- e) Minuta de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo – Requalificação da Rua da Chandeira - Teixoso (Aprovação e Remessa à Assembleia Municipal)*
- f) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo – Colocação de Gradeamentos (Aprovação)*
- g) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada – Aquisição de Equipamentos (Aprovação)*
- h) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Unhais da Serra – Remodelação do Mercado (Aprovação)*
- i) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis – Reabilitação do Auditório (Aprovação)*

5.2. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- a) Adjudicação: Aquisição de fornecimento de eletricidade para os Municípios de Covilhã, Fundão, Penamacor e para a Águas Públicas da Serra da Estrela, EIM, S.A - Homologação da Ata Final e Minuta de Contrato (Aprovação e Remessa à Assembleia Municipal)*
- b) Valores Serviços Essenciais 2020 - Transportes- CIMBSE-Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (Autorização)*

5.3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

- a) Auto de Suspensão Parcial da Empreitada de Obras de Execução da Escadaria de Acesso ao Parque da Goldra (Aprovação)*
- b) Auto de Suspensão Parcial/Prorrogação de Prazo da Empreitada da Obra de Requalificação do Edifício da Escola Secundária Frei Heitor Pinto (Aprovação)*
- c) Auto de Suspensão da Empreitada de Obras de Reabilitação dos Edifícios de Habitação Social da Quinta da Alampada – Lote 8 ao Lote 15 – Eficiência Energética (Aprovação)*
- d) Trabalhos Complementares da Empreitada da Obra de Mais acesso - Promoção de acessibilidade inclusiva - Praça do Município e zona envolvente (Aprovação)*
- e) Trabalhos Complementares da Empreitada da Obra de Requalificação do Edifício da Escola Secundária Frei Heitor Pinto (Aprovação)*
- f) Revisão de Preços: (Aprovação)*

1. Empreitada de Obras de Pavimentação da Rua do Alvercão

g) Receção Provisória: (Aprovação)

1. *Empreitada de Obras de Pavimentação da Rua do Alvercão*

h) Conta Final: (Aprovação)

1. *Empreitada de Obras de Pavimentação da Rua do Alvercão*

i) Sinalização e Trânsito: (Aprovação)

1. *Sítio Rego da Água – Vila do Carvalho (Revogação da deliberação de 16.04.2021)*
2. *Avenida Viriato – Tortosendo*
3. *Largo das Moitinhas – Teixoso*
4. *Avenida São Sebastião – Barco*
5. *Rua Pedro Álvares Cabral – Covilhã*
6. *Rua Nova – Canhoso*
7. *E. N. 230 – Sete Capotes – Covilhã*

j) Iluminação Pública: (Aprovação)

1. *Rua Belsol 444 PT – Vale das Donas 6200-818 – Tortosendo*
2. *Sítio do Mogo ou Castelo, 403 PT - Teixoso*

5.4. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E DESPORTO

a) Minuta de Protocolo de Cedência Temporária de Bens Móveis entre a Freguesia de S. Jorge da Beira e o Município da Covilhã (Aprovação)

b) Habitação Social: (Aprovação)

1. *Atribuição (alteração da deliberação de 16.abril.2021 – respeitante à fração a atribuir)*

c) Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal – 2021-2030 (Aprovação e Remessa à Assembleia Municipal)

d) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a CAMI – Clube Aventura do Minho – Rampa da Covilhã - Serra da Estrela 2021 (Aprovação)

5.5. DIVISÃO DO URBANISMO

005 Fl.


I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e, em conformidade com o disposto no artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 8.º do Regimento da Câmara Municipal da Covilhã, iniciou perguntando aos Senhores Vereadores quem pretendia intervir neste ponto.

Concedida o uso da palavra, o Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Correia Saraiva, sobretudo pelo papel que foi desempenhando no terceiro setor, no apoio aos mais vulneráveis, aos mais desfavorecidos e àqueles que usualmente vão ficando para trás e, através dessa sua atuação, tocou a vida de milhares de Covilhanenses e transformou a sua vida para melhor, dando-lhe sinais de bondade e esperança.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para se associar ao Voto de Pesar apresentado justificando que “a dignidade deste Voto de Pesar merece de facto que o tratemos de forma isolada. Efetivamente, para além de sublinhar e subscrever, a propósito disso, acrescentar que foi um dos fundadores da Rádio Clube da Covilhã, fazendo parte dos órgãos sociais durante muitos anos. Era uma homem de causas e também dedicado, para além da vertente social, teve sempre uma forte intervenção cívica. Portanto, o Município e todos nós estamos agradecidos e reconhecidos e, neste momento difícil que a sua Família e seus amigos mais próximos estão a passar, apresentar os nossos sinceros e profundos pêsames.”

Mais adiante, referiu que era uma das personagens dos Covilhanenses e das individualidades que iriam ser homenageadas no passado dia 20 de outubro e que, lamentavelmente só o poderiam fazer a título póstumo.

O Senhor Vereador Carlos Alberto Pinto associou-se também ao Voto de Pesar “por ser de toda a justeza. Trata-se de uma pessoa de que fui testemunha quanto ao seu empenho na ajuda aos outros. Recordo a crise de 2008 em que ele teve uma participação ativíssima na montagem de esquemas de solidariedade social e até alimentar e depois teve esse contributo em instituições da cidade. Tudo isto para além de ser uma pessoa elegante do ponto de vista do seu carácter e da sua conduta com todos.”

De seguida, foi concedida a palavra ao Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes que referiu e fez notar “com alguma ironia, de que o Senhor Presidente muitas vezes me acusa de estarmos aqui nas últimas reuniões e nas próximas, imagino, numa “bebedeira” de transferência de verbas e de lançamentos de estratégias e de empreitadas, etc..

Dizer que o Povo costuma dizer que devia de haver eleições todos os anos e quando diz isso diz a pensar em Executivos como este. Porque de facto, se é só em ano de eleições que se fazem estas

006 Fl.

transferências de verbas e se lançam estas iniciativas e estratégias, de facto, a pergunta que se faz é: Porque é que não há eleições todos os anos?

Recordar, e é esta a mensagem que quero deixar passar, que, quer as instituições, quer as estradas, quer as famílias, quer as empresas tem problemas diários e semanais e não quadrienais. Era preferível que toda esta atenção, todas estas verbas e todo este foco lhes pudesse ter sido dado ao longo de todos estes anos.”

Solicitou o uso da palavra o Senhor Vereador Carlos Alberto Pinto para fazer uma observação e um pedido de informação.

Quanto à observação, chamou a atenção para a necessidade de limpeza e corte da vegetação que se encontra junto do cartaz promocional da Covilhã, com algum interesse, no acesso norte à cidade, na rotunda do viaduto e, existindo na cidade várias dessas situações, em sua opinião deveriam levar à constituição de uma espécie de “olheiro” para estas pequenas coisas; e

Questionou se no presente ano iria haver Feira de S. Tiago.

Mais adiante, realçou também o facto do anfiteatro de Jardim Público estar bastante degradado, merecendo uma reparação digna.

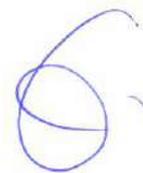
O Senhor Presidente, relativamente à Feira de S. Tiago, esclareceu que não a iriam ter nos mesmos moldes. “Vamos fazer uma alusão, pelo menos durante uma semana, com alguns eventos que não ponham em causa a saúde pública, mas que, ao mesmo tempo, consigamos reviver esse momento alto das nossas tradições, dos nossos costumes e da nossa história, nesta vertente religiosa, lúdica e recreativa. Disso daremos nota aos Senhores Vereadores para que possam dar também a vossa opinião relativamente ao que vamos fazer e ajudar-nos a enriquecer esse programa.”

O Senhor Vereador Carlos Alberto Pinto referiu que “não há teorias absolutas, embora todas elas tenham sido postas em causa depois do meu clube ter celebrado a vitória no campeonato.

Hesito bastante em acompanhar essa cautela. Talvez fosse também de ter visto a realização da feira como um regresso à normalidade que é tão necessária para recriar uma confiança nos agentes económicos. Portanto, com as devidas cautelas, não sei se não se devia, efetivamente, realizar a feira, ainda que com menos espetáculos, mas abrindo-a no seu perfil mais marcante à normalidade da frequência das pessoas com a cautela dos devidos afastamentos e de aglomerações.

Deixo esta nota porque me parece que começa por todo o lado a distender um pouco aquilo que foram as medidas securitárias e sanitárias até agora existentes. Acho que isso também era um sinal de normalização da vida que acho que está bem patente nas pessoas um pouco saturadas nestes dois anos de confinamento.

É apenas uma ideia que deixo e se possa ir mais além do que aquilo que me parece que está no espírito da Câmara.”

 607 Fl.

Solicitou o uso da palavra o Senhor Vereador José Miguel Ribeiro Oliveira que, após os devidos cumprimentos e sobre o assunto em discussão, disse: “que é obvio que ninguém mais do que este Executivo gostaria de organizar a Feira de S. Tiago, até porque, já desde de 2020, tínhamos preparado um novo figurino em torno da mesma, alicerçado na criação de dois novos espaços que iriam potenciar a feira, com um espaço de exposição coberto para 75 expositores onde iríamos ter a oportunidade, durante as três semanas, em termos de exposições temáticas alusivas ao nosso território e torná-la numa mostra daquilo que a Covilhã tem para oferecer, enquanto concelho e região marcadamente turística, para além do espaço da restauração e de concertos.

Compreendo a vontade do Senhor Vereador de regressar à normalidade. Acredite que foi uma decisão bastante ponderada e pensada, mas a verdade é que com a saúde pública não podemos correr riscos.

Desde que foi introduzida a questão da bilheteira, temos números concretos daquilo que é o potencial desta feira. Num dia fraco da feira implica cerca de 6,5 mil pessoas, além de termos cerca de 16 mil pessoas a entrar na feira, o que seria incomportável face à situação em que vivemos.

Estamos um pouco na linha daquilo que está a acontecer no País. Todos estes eventos de massas estão a ser deslocalizados para o ano seguinte.

O que está a ser preparado para essa semana é um conjunto de eventos e concertos que se irão realizar dentro do espaço urbano da nossa cidade para potenciar a visita à mesma, mas em espaços devidamente controlados, lotação definida; concertos a acontecer em espaços e em simultâneo, exatamente para evitar a aglomeração de pessoa, que recordem e que nos façam ansiar por um ano de 2022 mais normal e por uma grande edição da feira.”

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a chamada de atenção relativamente ao anfiteatro do Jardim Público e informou que, em relação ao cartaz promocional da Covilhã, neste preciso momento, estavam a proceder à desmatação do local; e

“No que diz respeito à intervenção do Senhor Vereador Adolfo Mesquita Nunes, sem ironia, com muito apreço e sem acrimónia, dar-lhe nota que as oposições muito empenhadas em vésperas de eleições ficam sempre incomodadas com um eventual acréscimo ou incremento de atividade e que isso, enfim, seja um mote para dizerem: Olha! Lá estão eles em vésperas de eleições a fazer coisas.

Em primeiro lugar, há tempo para delinear as estratégias, os planos de ação. Aliás, faço aqui um parentese para lhe lembrar e demonstrar o quão injusto está também a ser a esse propósito. Observava aqui o Senhor Vereador há poucos dias, aquando da apresentação do Plano Estratégico Local de Habitação, que isso era para ser apresentado no início do mandato mas, no início do mandato como aqui ficou provado, até pela intervenção do responsável desse plano estratégico, dei instruções aos serviços para começarem a fazer esse levantamento que deu depois corpo ao trabalho que foi levado a efeito para implementação dessa mesma estratégia. Portanto, não se pode fazer tudo e o Senhor sabe isso. Compreendo a sua intervenção e sabe que não é feito de supetão e que há uma análise e um levantamento que tem de ser feito, como bem sublinhou o Senhor Arquiteto que aqui apresentou esse plano, que isso resulta de um trabalho que vem de antes e que se iniciou em 2018, logo após o início do mandato. É um exemplo flagrante.

Como as estradas. É preciso fazer projetos para requalificar algumas das estradas, os fundos comunitários bem sabemos qual é o ritmo administrativo burocrático que eles têm. Aliás, acontece aqui como acontece em todos os Municípios. Os planos estratégicos de desenvolvimento urbano onde se inserem as obras que estamos praticamente a inaugurar e algumas já inauguradas como o Centro de Inclusão Social, o Centro de Inovação e Apoio ao Empreendedorismo, o Centro de Inovação Cultural, a título de exemplo, tiveram o seu percurso e também tiveram as suas vicissitudes.

Bem sei que hoje está na moda dizer-se que a pandemia serve de desculpa para tudo, mas é inegável que este ano e meio que levamos de pandemia nos tolheu muito a ação e mobilizou meios que, de outra forma, seriam canalizados para aquilo que agora estamos ainda mais focados para fazer e trabalhar.

Tudo foi pensado e trabalhado. Obviamente que gostaríamos de ter começado mais cedo muita coisa que está a ser feita agora, mas é uma inevitabilidade. Acho que fica bem patente e que só por razões de natureza política, no sentido partidário e de combate eleitoral, é que entendo essa intervenção.”

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Câmara passou ao Período da Ordem do Dia.

II - PERIODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

Foi proposto pelos serviços ao Senhor Presidente da Câmara, tendo sido aprovado:

1. Eliminar as alíneas f) e h) do 5.1. – DAGCJ e alínea d) do 5.4. – DECAD, por não estarem reunidas condições com vista a ser deliberado, respetivamente:

“5.1 (...) f) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo – Colocação de Gradeamentos (Aprovação) ”

“5.1 (...) h) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Unhais da Serra – Remodelação do Mercado (Aprovação) ”

“5.4 (...) d) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a CAMI – Clube Aventura do Minho – Rampa da Covilhã - Serra da Estrela 2021 (Aprovação) ”

2. APROVAÇÃO DE ATAS

Não existem documentos agendados neste ponto.

3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à ata, que apresenta os seguintes valores:

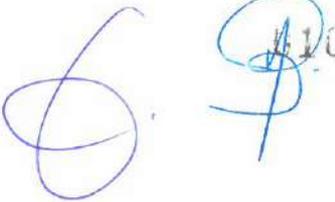
. **Total de Disponibilidades: 9.299.802,31 € (nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e dois euros e trinta e um cêntimos).**

. **Dotações Orçamentais: 7.834.867,21 € (sete milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, oitocentos e sessenta e sete euros e vinte e um cêntimos).**

. **Dotações não Orçamentais: 1.464.935,10 € (um milhão, quatrocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e trinta e cinco euros e dez cêntimos).**

4. DESPACHOS

Não foram agendados assuntos neste ponto.

 Fl.

5. DEPARTAMENTOS

5.1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E COORDENAÇÃO JURÍDICA

a) **Alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio à Reconstrução de Habitações, Afetadas por Incêndios de Grandes Dimensões no Município da Covilhã - Início do Procedimento**

Presente informação, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/1375, do Serviço Jurídico, propondo, face a não se encontrar previsto a sua aplicabilidade aos incêndios ocorridos no ano de 2017, a aprovação do início do procedimento para “Alteração ao Regulamento Municipal de atribuição de apoios à Reconstrução de Habitações, afetadas por Incêndios de grandes dimensões no Município da Covilhã”.

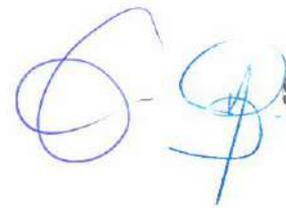
Documento que se dá como inteiramente transcrito na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

O Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes questionou a razão da alteração ao Regulamento.

O Senhor Presidente solicitou à Senhora Diretora do DAGCJ, Dr.ª Graça Robbins, para esclarecer, referindo que, neste momento, ainda não existe qualquer projeto de alteração ao regulamento, mas a iniciar novo procedimento, para efeitos da respetiva revisão.

Solicitou o uso da palavra o Senhor Vereador José Armando Serra dos Reis para esclarecer que o Regulamento surgiu devidos aos incêndios de 2017 e, tendo o mesmo entrado em vigor após a data da sua publicação, não contemplava a sua aplicabilidade aos incêndios de 2017, razão pela qual se pretendia, com a presente alteração, que se aplicasse ao incêndio de grandes dimensões de 2017 e incêndios que possam vir a ocorrer (futuros) com características indicadas no n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento.

O Senhor Vereador Carlos Alberto Pinto solicitou o uso da palavra para referir que lhe parecia que não era possível “contemplar no Regulamento hoje ou amanhã qualquer matéria regulatória para tempo passado, com efeitos retroativos. O regulamento há de, seguramente, se for o caso, cobrir as questões futuras”.



11 Fl.

O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Senhora Diretora do DAGCJ, Dr.ª Graça Robbins, que esclareceu que “o primeiro regulamento e a solução encontrada para o caso em concreto foi junto da CCDR-C, tendo a Senhora Dr.ª Maria José Castanheira sugerido, como forma de contemplar o apoio às famílias decorrente dos incêndios de 2017 era através de um regulamento e que tinha a vantagem de termos um regulamento para o futuro.

Os serviços jurídicos elaboraram a proposta de regulamento que seguiu os trâmites do CPA, mas a norma de entrada em vigor do regulamento acabou por inviabilizar a solução para 2017.

Neste momento o assunto está nos serviços jurídicos que fizeram chegar essa proposta de início do procedimento, tendo em conta o caso em concreto.”

A Câmara deliberou, nos termos da informação e no uso dos poderes regulamentares conferidos às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro e no âmbito da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- I. Desencadear o procedimento de elaboração de “Alteração ao Regulamento Municipal de atribuição de apoios à Reconstrução de Habitações, afetadas por Incêndios de grandes dimensões no Município da Covilhã”.**
 - II. Sem prejuízo da apresentação de sugestões no âmbito da consulta pública a que será submetido o projeto de regulamento, os interessados possam constituir-se como tal e apresentar os seus contributos para a elaboração do regulamento administrativo municipal em apreço, fixando-se para tal o prazo de dez dias úteis contados a partir da publicitação da deliberação no Boletim Municipal da Covilhã e na página da internet do município, através de proposta contendo nome completo, morada ou sede, profissão e número de identificação fiscal. Os contributos deverão ser dirigidos ao Presidente da Câmara, e remetidos para o seguinte endereço eletrónico: info@cm-covilha.pt, ou entregues pessoalmente, no prazo de 15 dias úteis a contar da data de publicitação do presente Aviso no Boletim Municipal e na página de internet do município, nas instalações do Balcão Único da Câmara Municipal da Covilhã.**
- b) Abertura de procedimento concursal, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de 2 (dois) postos de trabalho Assistente Operacional – área de Nadador Salvador**

Presente informação do Serviço de Recursos Humanos e Proposta do Senhor Presidente, datada de 10.maio.2021, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/9920, propondo para aprovação da Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, da abertura do seguinte procedimento concursal, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo

indeterminado de 2 (dois) postos de trabalho de Assistente Operacional – área de Nadador Salvador.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, nos termos da proposta e do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, aprovar/autorizar a abertura do seguinte procedimento concursal, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

No Departamento de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto - Divisão de Desporto e Associativismo no Serviço de Promoção Desportiva e Gestão de Equipamentos Desportivos:

-2(dois) postos de trabalho Assistente Operacional – área de Nadador Salvador;

Tipo de Vínculo - Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado;

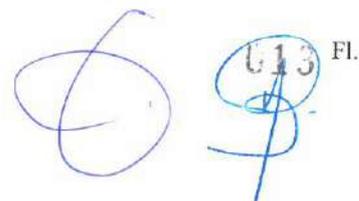
Habilitações Académicas Exigidas – Escolaridade mínima obrigatória consoante a idade do candidato; possuir Curso de Nadador Salvador válido e certificado pelo ISN;

Descrição do posto de trabalho a Concurso: exercer as atividades inerentes à carreira e categoria de assistente operacional, nos termos do mapa anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, correspondente ao grau de complexidade 1, compreendendo as seguintes funções e competências: no âmbito do ramo de vigilância de atividades aquáticas e salvamento, prestar socorro a pessoa em dificuldades ou risco de afogamento, administração de primeiros socorros, quando necessários.

Mais deliberou, que em caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por candidatos de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, reserva-se a possibilidade de admitir candidatos que se inscrevam no universo do n.º 4 do citado artigo 30.º da LTFP, nos termos deliberados pelo órgão municipal em 30 de novembro de 2021 e cumpridas as formalidades previstas no art.º 30.º da LTFP, em aviso n.º 6572/2021 publicado em DRE no dia 9 de abril de 2021.

- c) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a ASIB - Associação de Saúde Infantil da Cova da Beira**

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/10369, propondo a aprovação da minuta e celebração de Protocolo de apoio entre o Município da Covilhã e a ASIB - Associação de Saúde Infantil da Cova da Beira.

Handwritten signature in blue ink and a circular stamp containing the number '013' and the letters 'Fl.'.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, nos termos da minuta, aprovar a celebração de Protocolo de apoio entre o Município da Covilhã e a ASIB - Associação de Saúde Infantil da Cova da Beira, para apoio no I Encontro de Pediatria e VII Encontro de Neurodesenvolvimento da Beira Interior, a ter lugar nos dias 24 e 25 de junho de 2021, através de uma comparticipação financeira no valor de 200,00€ (duzentos euros), a liquidar antes da realização do evento.

d) Minuta de Auto de Doação entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Dominguizo

Presente informação e minuta de Auto de Doação a celebrar entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Dominguizo, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/11588, tendo por objeto a doação 1 (uma) bicicleta que se encontra armazenada nos Serviços Municipais.

Documento que se dá como inteiramente transcrito na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

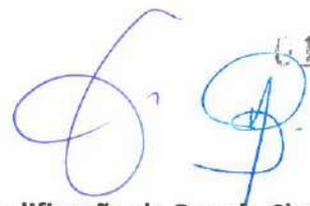
A Câmara deliberou, nos termos da minuta, aprovar e celebrar o Auto de Doação entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Dominguizo que tem como objeto a doação de 1 (uma) bicicleta que se encontra armazenada nos Serviços Municipais.

e) Minuta de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo – Requalificação da Rua da Chandeira - Teixoso

Presente Minuta de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/7835, para aprovação e remessa à Assembleia Municipal.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, nos termos da minuta, aprovar a celebração do Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo, tendo

 4 Fl.

como objeto da delegação a contratação dos trabalhos de requalificação da Rua da Chandeira, Sarzedo.

Mais deliberou remeter o presente assunto à aprovação por parte da Assembleia Municipal para efeitos de autorização, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

- f) **Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo – Colocação de Gradeamentos**

Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos.

- g) **Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada – Aquisição de Equipamentos**

Presente à Câmara informação, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/9410, propondo a aprovação da minuta e celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada.

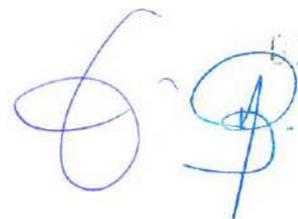
Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, nos termos da minuta, aprovar a celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada, através da atribuição de uma comparticipação financeira no montante de 4.980,00 € (quatro mil e novecentos e oitenta euros) para aquisição de equipamento de Laser/Fitness, no Barco, verba a liquidar até ao final de 2021.

Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de requerimento próprio de pedido de pagamento, onde serão mencionados os documentos de despesa comprovativos.

- h) **Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Unhais da Serra – Remodelação do Mercado**

Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos.



015 Fl.

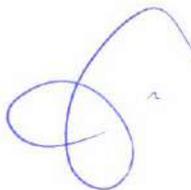
i) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis – Reabilitação do Auditório

Presente à Câmara informação, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2019/22970, propondo a aprovação da minuta e celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, nos termos da minuta, aprovar a celebração do Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, através da atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de € 18.000,00 (dezoito mil euros) para apoio na Reabilitação do Auditório Mineiro da Barroca Grande.

Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de requerimento próprio de pedido de pagamento, onde serão mencionados os documentos de despesa comprovativos.

 016 Fl.


5.2. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- a) **Adjudicação: Aquisição de fornecimento de eletricidade para os Municípios de Covilhã, Fundão, Penamacor e para a Águas Públicas da Serra da Estrela, EIM, S.A - Homologação da Ata Final e Minuta de Contrato**

Presente informação, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/6567, propondo o agendamento para a reunião do Executivo Municipal, na sequência das deliberações tomadas pelos órgãos municipais da Covilhã (da Câmara Municipal de 03.julho.2020 e da Assembleia Municipal de 02.outubro.2020), que no âmbito da constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes formado por todos municípios associados da Agência de Energia Enerarea, foi lançado um procedimento concursal de consulta e contratação em mercado liberalizado com vista à contratação da aquisição de Energia Elétrica em Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN), a aprovação e homologação da ata final e minuta de contrato para Adjudicação da Aquisição de fornecimento de eletricidade para os Municípios de Covilhã, Fundão, Penamacor e para a Águas Públicas da Serra da Estrela, EIM, S.A.,

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

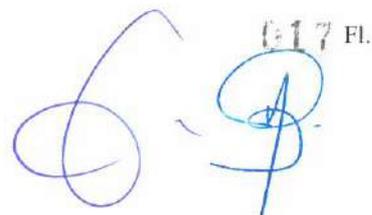
Concedida a palavra, o Senhor Vereador Carlos Alberto Pinto questionou se o que estava em causa era o fornecimento de eletricidade a todo o perímetro municipal, incluindo ADC e ICOVI.

O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Diretor do DFMA, Dr. Júlio Costa que esclarecesse, referindo “que o processo foi iniciado pela Enerarea e foram convidados a participar ao concurso público internacional apenas os Municípios que são associados da Enerarea. Portando, não foi aberto a Empresas Municipais e outras entidades, pelo que, o Município da Covilhã se juntou por considerar à data que os ganhos de escala no concurso conjunto iriam conseguir um custo mais reduzido no fornecimento de energia elétrica.”

Interveio o Senhor Vereador Carlos Alberto Pinto que disse não ser rigoroso uma vez que o concurso também abrange a empresa municipal das Águas Públicas da Serra da Estrela.

Se se estava a falar de uma poupança concorrencial, que efetivamente existe, porque não associar todas as empresas municipais participadas?

O Senhor Diretor do DFMA, Dr. Júlio Costa, esclareceu que o convite que foi dirigido, foi ao Município da Covilhã.



A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Alberto Pinto e Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, nos termos propostos, aprovar, conforme Ata Final, a adjudicação da Aquisição de fornecimento de eletricidade para os Municípios de Covilhã, Fundão, Penamacor e para a Águas Públicas da Serra da Estrela, EIM, S.A – Município da Covilhã, e cuja proposta de adjudicação de fornecimento de energia recaiu sobre o concorrente EDP Comercial - Comercialização de Energia SA, correspondendo ao Município da Covilhã a adjudicação de um valor de 5.318.861,07 € (cinco milhões, trezentos e dezoito mil oitocentos e sessenta e um euros e sete cêntimos) + IVA e um prazo de fornecimento de 36 meses (3 anos), conforme caderno de encargos e proposta apresentada, documentos que se anexam.

Mais deliberou aprovar a minuta do contrato nos termos do artigo 98.º do CCP; e

Nomear o funcionário Eng. Pedro Miguel Costa Nascimento, como gestor do contrato, conforme determina o artigo 290.º-A do CCP.

Deliberou ainda, remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.

b) Valores Serviços Essenciais 2020 - Transportes- CIMBSE-Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela

Presente email da CIMBSE-Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, Ata n.º 09/2021, de 11.mai.2021, onde é assumida a transferência dos valores finais até 21.mai.2021, constantes no quadro anexo, dos Serviços Essenciais de transportes do ano 2020, a transferir pelo Município da Covilhã e informação dos serviços, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/11529, propondo o agendamento para a reunião do Executivo Municipal, para autorização da despesa.

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

O Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes referiu que gostaria de ser esclarecido sobre o que estavam a votar e do valor da dívida.

O Senhor Presidente esclareceu que o pedido de autorização para efetuar este pagamento é no âmbito da CIMBSE e diz respeito à quota de responsabilidade do Município da Covilhã para pagamento dos serviços essenciais das carreiras interurbanas.

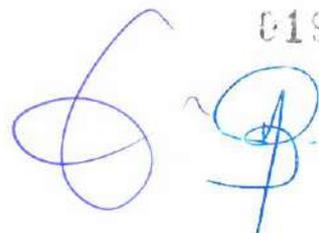
A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Alberto Pinto e Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, aprovar a autorização da despesa no montante de 78.427,78€

RÚBRICAS

ATA DA REUNIÃO DE 21/05/2021

69 618 Fl.

(setenta e oito mil, quatrocentos e vinte e sete euros e setenta e oito cêntimos),
correspondente aos serviços essenciais de transporte da responsabilidade do Município da
Covilhã.



5.3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

a) **Auto de Suspensão Parcial da Empreitada de Obras de Execução da Escadaria de Acesso ao Parque da Goldra**

Presente auto de suspensão parcial dos trabalhos da Empreitada de Obras de Execução da Escadaria de Acesso ao Parque da Goldra e parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/12196, propondo a respetiva aprovação e homologação.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

O Senhor Vereador Adolfo Miguel Batista Mesquita Nunes solicitou esclarecimento sobre o motivo da suspensão dos trabalhos e dos trabalhos complementares em cerca de 10 mil euros.

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Diretor do DOP, Eng. Jorge Vieira, que esclareceu que se deve ao facto de ainda não estar terminado o processo de contratação dos trabalhos complementares que são essenciais para a conclusão dos trabalhos que estão em falta e que o prazo de prorrogação vai ser aquele que demorar a conclusão do processo.

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, nos termos do citado Auto, elaborado nos termos do artigo 369.º do CCP – Código dos Contratos Públicos e parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, aprovar e homologar o auto de suspensão parcial dos trabalhos da Empreitada de Obras de Execução da Escadaria de Acesso ao Parque da Goldra, nos termos conjugados do artigo 370.º e a alínea a) do artigo 297.º do CCP, sendo o prazo de execução da empreitada prorrogada de acordo com o n.º 2 do artigo 298.º do citado código.

b) **Auto de Suspensão Parcial/Prorrogação de Prazo da Empreitada da Obra de Requalificação do Edifício da Escola Secundária Frei Heitor Pinto**

Presente Auto de Suspensão Parcial/Prorrogação de Prazo da Empreitada da Obra de Requalificação do Edifício da Escola Secundária Frei Heitor Pinto e parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, constante da distribuição no sistema informática de gestão documental com a referência EDOC/2021/7988, propondo a respetiva aprovação e homologação.

 120 Fl.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, nos termos do citado Auto, elaborado nos termos do artigo 369.º do CCP – Código dos Contratos Públicos e parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, aprovar e homologar o auto de suspensão parcial dos trabalhos da Empreitada da Obra de Requalificação do Edifício da Escola Secundária Frei Heitor Pinto, nos termos conjugados do artigo 370.º e a alínea a) do artigo 297.º do CCP, sendo o prazo de execução da empreitada prorrogada de acordo com o n.º 2 do artigo 298.º do citado código.

c) Auto de Suspensão da Empreitada de Obras de Reabilitação dos Edifícios de Habitação Social da Quinta da Alampada – Lote 8 ao Lote 15 – Eficiência Energética

Presente auto de suspensão dos trabalhos da Empreitada de Obras de Reabilitação dos Edifícios de Habitação Social da Quinta da Alampada – Lote 8 ao Lote 15 – Eficiência Energética e parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/13516, propondo a respetiva aprovação e homologação.

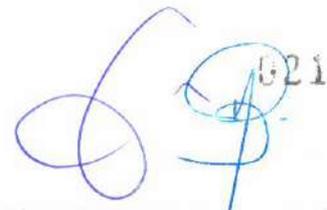
Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

O Senhor Vereador Adolfo Miguel Batista Mesquita Nunes solicitou esclarecimento sobre o motivo da suspensão dos trabalhos e referiu que, “afinal, demonstra que os levantamentos não estavam bem-feitos” trazendo custos acrescidos.

O Senhor Presidente referiu: “sem embargo das questões de natureza técnica que o Senhor Diretor o DOP, Eng. Jorge Vieira possa fazer luz sobre eles, dar nota que a perfeição não existe, apesar do esforço e do trabalho desenvolvido.”

O Senhor Diretor do DOP, Eng. Jorge Vieira, referiu que o Senhor Vereador terá razão na sua observação, mas que o levantamento dos trabalhos, feito por um período longo, foi no interior das habitações e não propriamente no que se refere à empreitada da eficiência energética.

Referiu ainda que o “processo da eficiência energética foi despoletado devido à abertura de um aviso de concurso para candidaturas e, como habitualmente, não temos a informação com a antecedência suficiente de que os concursos de financiamento vão abrir. E, regra geral, não temos na prateleira o projeto técnico correspondente para concorrermos a esse financiamento e, logo que tomamos conhecimento da abertura do aviso, iniciamos todo o trabalho com vista a reunirmos as condições para nos candidarmos ao financiamento. Normalmente acontece por períodos de tempo curtos e certamente que o caso nas intervenções na habitação social, apesar



021 Fl.

de estarmos a falar de edifícios, bairro a bairro, que são arquitetonicamente praticamente todos iguais, o que de alguma forma facilita a identificação das intervenções a realizar, por vezes, a simplificação por repetição tem como inconveniente a falha na deteção de particularidades e, eventualmente, terá sido o que aconteceu aqui. Mas estou convicto de que a preparação dos elementos de projeto com vista à intervenção foi feito também, neste caso, em tempo recorde como têm sido em praticamente em todos os casos a que nos temos candidatado e isso favorece a falha na deteção ponderada e atempada da totalidade das questões que depois se colocam em obra.”

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, nos termos do citado Auto, elaborado nos termos do artigo 369.º do CCP – Código dos Contratos Públicos e parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, aprovar e homologar o auto de suspensão dos trabalhos da Empreitada de Obras de Reabilitação dos Edifícios de Habitação Social da Quinta da Alampada – Lote 8 ao Lote 15 – Eficiência Energética, nos termos conjugados das alíneas a) do artigo 297.º e alínea b) do artigo 365.º do CCP, sendo o prazo de execução da empreitada prorrogada de acordo com o n.º 2 do artigo 298.º do citado código.

d) Trabalhos Complementares da Empreitada da Obra de Mais acesso - Promoção de acessibilidade inclusiva - Praça do Município e zona envolvente

Presente à Câmara informação do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/6177, que se transcreve:

“1.- A empreitada da obra de "+ACESSO - Promoção da Acessibilidade Inclusiva - Praça do Município e Zona Envolvente - Covilhã" foi adjudicada por despacho proferido por V.Exa, datado 08-06-2020.

2.- No decorrer dos trabalhos de empreitada e face à necessidade de uniformização da passadeira que atravessa a zona central da Praça do Município, com aplicação do mesmo tipo de material, para efeitos de cumprimento do Decreto-Lei nº 163/2006, de 08/08, torna-se necessário realizar trabalhos complementares que estão orçamentados no valor de 3.037,14 € + IVA, correspondendo este valor a 2,29% do valor total da empreitada.

3.- Proposta de decisão: proponho

- a aprovação da proposta da fiscalização, de adjudicação de trabalhos complementares ao contrato de empreitada em apreço, no valor de 3.037,14 € + IVA, despesa que já se encontra cabimentada conforme comprovativo que anexo;

- a aprovação de uma prorrogação do prazo contratual de 2 dias.”

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

028 Fl.


A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, aprovar a adjudicação dos trabalhos complementares ao contrato de Empreitada da Obra de Mais acesso - Promoção de acessibilidade inclusiva - Praça do Município e zona envolvente, no valor total de 3.037,14 € + IVA, despesa que já se encontra cabimentada e comprometida, trabalhos que constam do parecer técnico da Fiscalização e que têm por base a proposta apresentada pelo empreiteiro e que são identificados na listagem do mapa resumo, e autorizar a prorrogação do prazo contratual em 2 dias.

e) Trabalhos Complementares da Empreitada da Obra de Requalificação do Edifício da Escola Secundária Frei Heitor Pinto

Presente à Câmara informação do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2020/32947, que se transcreve:

"1.- A empreitada de obras de "Requalificação do edifício da Escola Secundária Frei Heitor Pinto" foi adjudicada, mediante concurso público, por deliberação de Câmara de 10-05-2019, pelo valor de 2.366.967,00 € + IVA, e um prazo de execução de 450 dias, tendo o respetivo contrato de empreitada sido sujeito a visto do Tribunal de Contas.

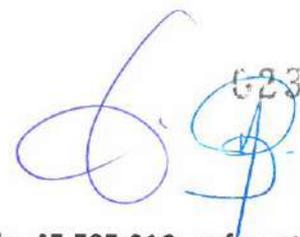
A execução do contrato de empreitada da obra é fiscalizada por prestador de serviços externo contratado para o efeito, a empresa EFS - Engenharia, Fiscalização e Serviços Lda.

2.- Proposta de decisão: proponho que a Câmara Municipal delibere adjudicar, nos termos da proposta formulada na etapa 2, os trabalhos complementares ao contrato de empreitada em apreço, no valor de 305.545,59 € + IVA, despesa que já se encontra cabimentada e comprometida conforme comprovativo em anexo à etapa 10, trabalhos que foram analisados pela Fiscalização conforme relatório que anexo, e pelos serviços de obras através de informação técnica que anexo, e autorizar a prorrogação do prazo contratual em 150 dias."

Documentos que se dão como inteiramente reproduzidos na presente ata e ficam, para todos os efeitos legais, arquivados em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, aprovar a adjudicação dos trabalhos complementares ao contrato de Empreitada da Obra de Requalificação do Edifício da Escola Secundária Frei Heitor Pinto, 305.545,59 € + IVA, despesa que já se encontra cabimentada e comprometida, trabalhos que foram analisados pela Fiscalização conforme relatório, e pelos serviços de obras através de informação técnica, e autorizar a prorrogação do prazo contratual em 150 dias.

623 Fl.



Mais deliberou aprovar a superação dos trabalhos no valor de 45.595,01€, referente ao somatório dos valores parciais dos trabalhos a menos identificados nos pontos 5.10, 5.22, 5.29, 5.637 e 5.47 do relatório da Fiscalização.

f) Revisão de Preços:

1. *Empreitada de Obras de Pavimentação da Rua do Alvercão*

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/12780, propondo a aprovação do cálculo provisório de revisão de preços da empreitada supra.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, aprovar o cálculo provisório de revisão de preços da Empreitada de Obras de Pavimentação da Rua do Alvercão, tendo por base o modelo contratualmente estabelecido e o plano de pagamento aprovado e em vigor à data do cálculo, nos termos da proposta da Fiscalização da obra, no valor de 0,00 €.

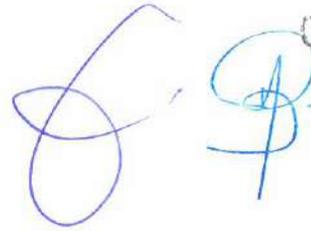
g) Receção Provisória:

1. *Empreitada de Obras de Pavimentação da Rua do Alvercão*

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/12782, propondo a aprovação e homologação do auto de receção provisória dos trabalhos da Empreitada de Obras de Pavimentação da Rua do Alvercão, onde se conclui poder ser recebida.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, aprovar e homologar o auto de receção provisória dos trabalhos da Empreitada de Obras de Pavimentação da Rua do Alvercão.



024 Fl.

h) Conta Final:

1. *Empreitada de Obras de Pavimentação da Rua do Alvercão*

Presente informação da Divisão de Obras e Planeamento, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental sob a referência EDOC/2021/12781, e conta final da Empreitada em apreço, onde se conclui poder ser aprovada e homologada pela Câmara Municipal.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, aprovar e homologar a conta final da Empreitada de Obras de Pavimentação da Rua do Alvercão.

i) Sinalização e Trânsito:

1. *Sítio Rego da Água – Vila do Carvalho (Revogação da deliberação de 16.04.2021)*

Presente informação, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/11666, propondo a revogação da deliberação de Câmara de 16.abril.2021, que aprovou a colocação de sinalização no Sítio Rego de Água, Vila do Carvalho, a pedido da Junta de Freguesia

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, aprovar a revogação da deliberação de Câmara de 16.abril.2021, que aprovou a colocação de sinalização no Sítio Rego de Água, Vila do Carvalho.

2. Avenida Viriato – Tortosendo

Presente informação, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2020/30410, propondo o ordenamento do estacionamento na Avenida Viriato - Tortosendo.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, aprovar para a Avenida Viriato - Tortosendo:

A criação não de dois (2) mas sim de três (3) lugares de estacionamento destinados a cargas e descargas condicionados a um período de tempo no máximo de 15 minutos e que ocorram dentro de um horário pré definido, servindo um maior número de espaços comerciais.

Estes lugares agora a criar localizar-se-ão no início e/ou no fim de cada zona de estacionamento a pagar, pelo que se devem deslocar os sinais verticais de trânsito aí existentes - G1 - ZONA DE ESTACIONAMENTO AUTORIZADO, para o lugar de estacionamento mais próximo e nos novos lugares agora criados será colocada sinalização vertical de trânsito de informação - H1 - estacionamento autorizado acompanhado da adicional com os seguintes dizeres "CARGAS E DESCARGAS; PERIODOS DE 15 MINUTOS; DAS 8.00h ÀS 20.00h".

A restante sinalização vertical de trânsito identificada no desenho em anexo como existente na avenida do Viriato e que foi colocada pela junta de freguesia do Tortosendo será a manter, aquando da reformulação dos passeios da avenida, exceto um sinal vertical de trânsito de parque que foi alterado "Pago" porque não existe no Código da estrada será removido do local.

Mais deliberou encarregar os serviços de procederem em conformidade.

3. Largo das Moitinhas – Teixoso

Presente informação, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/11528, propondo o ordenamento do estacionamento no Largo das Moitinhas - Teixoso.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

026 Fl.


A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, aprovar para o Largo das Moitinhas - Teixoso:

A criação de 2 novos lugares de estacionamento público, assinalados na peça desenhada que anexo, que serão concretizados através de marcações no pavimento e instalação de sinalização vertical de trânsito do tipo H1A - Estacionamento autorizado (Indicação do local em que o estacionamento é autorizado).

Mais deliberou encarregar os serviços de procederem em conformidade.

4. Avenida São Sebastião – Barco

Presente informação, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/10912, propondo o ordenamento do trânsito na Avenida São Sebastião - Barco.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, aprovar para Avenida São Sebastião - Barco:

A colocação de sinalização vertical de trânsito de proibição C13 - Proibição de exceder a velocidade máxima de 30 Km/h (Indicação da proibição de circular a velocidade superior à indicada no sinal) de perigo A16B - Travessia de peões (Indicação de que podem ser encontrados peões a atravessar a faixa de rodagem) e colocação das marcas rodoviárias M11A - Passagem para peões (É constituída por barras longitudinais paralelas ao eixo da via, alternadas por intervalos regulares ou por duas linhas transversais contínuas e indica o local por onde os peões devem efetuar o atravessamento da faixa de rodagem, deve ser usada preferencialmente a marca M11, podendo, eventualmente, ser utilizada a marca M11a quando a passagem esteja regulada por sinalização luminosa) e M14 - Linha de ziguezague (Significa a proibição de estacionar do lado da faixa de rodagem em que se situa esta linha e em toda a extensão da mesma) conforme indicado na planta em anexo.

Mais deliberou encarregar os serviços de procederem em conformidade.

5. Rua Pedro Álvares Cabral – Covilhã

Presente informação, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/11858, propondo o ordenamento de estacionamento na Rua Pedro Álvares Cabral - Covilhã.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, aprovar para a Rua Pedro Álvares Cabral - Covilhã:

A colocação de sinalização vertical de trânsito, um sinal de informação H1A - Estacionamento autorizado (Indicação do local em que o estacionamento é autorizado) acompanhada da adicional modelo 11d e no pavimento será colocada a maraca rodoviária com o símbolo de uma cadeira de rodas;

Que os restante lugares de estacionamento sejam todos avivados bem como a marca rodoviária M17 - Raia oblíqua delimitada por uma linha contínua (Significam proibição de entrar na área por ela abrangida. Quando delimitada por uma linha descontínua, significa proibição de estacionar e de entrar na área por ela abrangida, a não ser para a realização de manobras que manifestamente não apresentem perigo), conforme indicado no desenho em anexo.

Mais deliberou encarregar os serviços de procederem em conformidade.

6. Rua Nova – Canhoso

Presente informação, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/10963, propondo o ordenamento de estacionamento na Rua Nova - Canhoso.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, aprovar para a Rua Nova - Canhoso:

Que seja avivada a marcação que se encontra apagada quase na totalidade, o lugar que se encontra inutilizado por haver uma marcação em frente à porta de entrada do prédio será apagada com tinta preta e esse espaço destinar-se-á também a estacionamento auto.

Será colocado um sinal vertical de trânsito de informação H1a - estacionamento autorizado e a marca rodoviária M17 - Raia oblíqua delimitada por uma linha contínua (Significam proibição de entrar na área por ela abrangida. Quando delimitada por uma linha descontínua, significa proibição de estacionar e de entrar na área por ela abrangida, a não ser para a realização de manobras que manifestamente não apresentem perigo) na extremidade do lado direito das marcações dos 9 lugares de estacionamento, onde a rua é mais estreita e deste modo salvaguardar a passagem desimpedida pra quem se desloca para a parte lateral do prédio onde existe um pequeno largo de acesso ao portão da garagem do prédio.

Anexa-se planta com a indicação dos vários lugares de estacionamento a ordenar.

Mais deliberou encarregar os serviços de procederem em conformidade.

7. E. N. 230 – Sete Capotes – Covilhã

Presente informação, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/9555 e EDOC/2020/5092, propondo o ordenamento de estacionamento na EN 230 – Sete Capotes - Covilhã.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, aprovar para a EN 230 – Sete Capotes - Covilhã:

A marcação dos lugares de estacionamento de frente dos blocos habitacionais com os n^{os} de polícia 27, 29 e 31 para dessa forma regular o estacionamento e tirar o melhor aproveitamento do espaço para o fim pretendido, pela falta de passeio junto aos passadiços de acesso às portas de entradas dos referidos blocos habitacionais propõem-se também que se mantenham os "pinos" aí existentes acompanhados de marcas rodoviárias M17 - Raia oblíqua delimitada por uma linha contínua (Significam proibição de entrar na área por ela abrangida. Quando delimitada por uma linha descontínua, significa proibição de estacionar e de entrar na área por ela abrangida, a não ser para a realização de manobras que manifestamente não apresentem perigo) bem como no acesso ao passadiço metálico que desvia os peões da berma da estrada em plena curva.

No início deste parque de estacionamento agora proposto será colocado um sinal vertical de trânsito H1A - Estacionamento autorizado (Indicação do local em que o estacionamento é autorizado).

Mais deliberou encarregar os serviços de procederem em conformidade.

j) Iluminação Pública:

1. Rua Belsol 444 PT – Vale das Donas 6200-818 – Tortosendo

Presente informação, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/11631, propondo que a Câmara delibere autorizar a ampliação da rede de iluminação pública na Rua Belsol 444 PT – Vale das Donas 6200-818 – Tortosendo; aprovar o orçamento apresentado pela E-Redes, que se anexa; e autorizar a despesa no valor de 0,00 €, constituindo ainda como despesa o consumo futuro de energia elétrica consumida com o funcionamento da rede de iluminação pública.

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, nos termos da informação do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, autorizar a ampliação da rede de iluminação pública na Rua Belsol 444 PT – Vale das Donas 6200-818 – Tortosendo; aprovar o orçamento apresentado pela E-Redes, anexo à presente deliberação; e autorizar a despesa no valor de 0,00 €, constituindo ainda como despesa o consumo futuro de energia elétrica consumida com o funcionamento da rede de iluminação pública.

2. Sítio do Mogo ou Castelo, 403 PT - Teixoso

Presente informação, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2018/33607, propondo que a Câmara delibere autorizar a ampliação da rede de iluminação pública no Sítio do Mogo ou Castelo, 403 PT - Teixoso; aprovar o orçamento apresentado pela E-Redes, que se anexa; e autorizar a despesa no valor de 0,00 €, constituindo ainda como despesa o consumo futuro de energia elétrica consumida com o funcionamento da rede de iluminação pública.

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, nos termos da informação do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, autorizar a ampliação da rede de iluminação pública no Sítio do Mogo ou Castelo, 403 PT – Teixoso; aprovar o orçamento apresentado pela E-Redes, anexo à presente deliberação; e autorizar a despesa no valor de 2.339,61€, constituindo ainda como despesa o

RÚBRICAS

ATA DA REUNIÃO DE 21/05/2021

6-9-30 Fl.

consumo futuro de energia elétrica consumida com o funcionamento da rede de iluminação pública.

5.4. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E DESPORTO

a) Minuta de Protocolo de Cedência Temporária de Bens Móveis entre a Freguesia de S. Jorge da Beira e o Município da Covilhã

Presente informação constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/13521, propondo a aprovação da minuta e celebração do Contrato de Cedência Temporárias de Bens Móveis entre a Freguesia de S. Jorge da Beira e o Município da Covilhã.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, nos termos da minuta, aprovar a celebração do Contrato de Cedência Temporárias de Bens Móveis entre a Freguesia de S. Jorge da Beira e o Município da Covilhã, tendo por objeto, para depósito no Museu da Cidade – Covilhã de duas peças que se encontram na Casa Museu de S. Jorge da Beira:

- Gasómetro;
- Capacete.

b) Habitação Social:

1. Atribuição (alteração da deliberação de 16.abril.2021 – respeitante à fração a atribuir)

Presente informação, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2019/11368, solicitando a alteração do teor da deliberação de 16.abril.2021, no que respeita à fração a atribuir à munícipe Sulamita Luz Gonçalves devendo constar na mesma a atribuição de habitação municipal sita no Bairro do Cabeço, Bloco 3 - 23C -1º Dto e não Bairro do Cabeço, Bloco 2 – 23-B – 3.º Dto, Tortosendo (T2), como por lapso foi indicado.

Documento que se dá como inteiramente reproduzidos na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou, com a abstenção do Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, nos termos da informação dos serviços e do despacho da Senhora Vereadora Maria

Regina Gomes Gouveia, atribuir a habitação municipal sita no Bairro do Cabeço, Bloco 3 - 23C - 1º Dto à munícipe Sulamita Luz Gonçalves.

Mais deliberou encarregar os serviços de celebrar o respetivo contrato e fixar o valor da renda de acordo com as regras pré-estabelecidas.

c) Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal – 2021-2030

Presente informação, constante da distribuição no sistema informático de gestão documental com a referência EDOC/2021/13282, propondo, para aprovação do Executivo Municipal e da Assembleia Municipal, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal, documento constituídos pela caracterização e levantamento das infraestruturas Desportivas do Concelho, análise *swot*, eixos estratégicos e linhas futuras.

Este visa promover a prática e cultura desportiva junto dos diversos segmentos da população, fomentando a igualdade, a coesão social e a qualidade de vida. Criar oportunidades materiais e humanas promovendo o desporto como um meio de desenvolvimento sustentado do concelho.

Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

Solicitou o uso da palavra o Senhor Vereador José Miguel Ribeiro Oliveira, a quem foi concedida, começando por agradecer a disponibilidade “à UBI - Universidade da Beira Interior, na pessoa da Senhora Eng.ª Dulce Esteves, Diretora do Departamento de Desporto; às Federações que reuniram connosco e que nos deram os seus contributos; às Associações de âmbito regional e distrital que representam as várias modalidades, algumas delas com expressão no nosso Concelho e outras também não; às Juntas de Freguesia na pessoa dos seus Presidentes; às nossas coletividades, clubes e associações que se uniram a nós neste projeto; às empresas privadas e ginásios, que também foram chamados e participaram na elaboração deste documento. Agradecer também ao Senhor Presidente da Câmara a confiança e o arrojo por ter decidido trazer este documento a este Órgão e à Assembleia Municipal, aos meus colegas pela colaboração que me prestaram e também, sem exceção à equipa de trabalho liderada pela Senhora Dr.ª Telma Madaleno, Chefe de Divisão da recentemente criada, nesta última Estrutura Orgânica, Divisão de Associativismo e Desporto e que mostra claramente a importância que este Executivo deu a esta área. Agradecer aos professores de desporto que trabalharam afincadamente para levar a cabo este trabalho.

Antes de passar propriamente dito ao documento, é importante também fazer aqui um parêntesis, dizendo que, obviamente, gostaríamos de o ter trazido mais cedo. Na minha opinião, este Plano Estratégico está 20 ou 30 anos atrasado. A Covilhã, tendo em conta o potencial que tem, pelas suas coletividades, pelas suas associações, pelo seu número de criança e de jovens que praticam desporto, pela sua expressão do ponto de vista nacional, há muito tempo que o Município e os diversos Executivos deviam ter pensado e ter estruturado um plano a longo prazo

que norteasse a ação camarária nesse sentido. Aliás, é importante dizer que houve e há trabalho feito no terreno e o documento é prova disso mesmo.

A nível de objetivos ele claramente define uma estratégia desportiva do Município para o futuro, nomeadamente de uma década, e tem como fundamentais práticas ou pretensões de aumentar a prática desportiva na população, aumentar a oferta e tornando-a mais direcionada para os vários segmentos que nós temos.

Pretende definir um plano integrado entre os vários agentes desportivos; permite, prevê e pretende potenciar a ligação entre os vários agentes desportivos: Câmara Municipal, Escolas, Universidade, Clubes e Associações, numa lógica de criar sinergias e potenciar essa mesma prática; identificar as carências desportivas infraestruturais; analisar e fazer inspeções dessas mesmas infraestruturas de forma regular; e orienta a sua ação através de três eixos principais.

A nível de metodologia, este trabalho começou a ser realizado em 2019 (interrompido durante o período da pandemia) em que foi feito um estudo exaustivo e uma avaliação de todas as infraestruturas desportivas do nosso Concelho.

Foram trabalhadas e abordadas, no âmbito do associativismo, também a questão dos clubes e das associações e culminou com uma análise técnica que foi realizada pelo nosso Departamento de Desporto no sentido de enquadrar esta mesma estratégia.

Fez-se também a avaliação do estado da arte, nomeadamente visitando e vendo o exemplo de outros municípios que são referências nesta área porque, quando as coisas são bem-feitas, podem ser replicadas olhando para aquilo que é a especificidade do nosso território e, por último, tivemos um conjunto alargado de reuniões em que o Plano foi disponibilizado a essas mesmas entidades atempadamente e que claramente enriqueceram o documento.

É notório que quem olhar o documento que foi enviado pela Câmara Municipal há uns meses atrás e aquele que vem hoje à reunião, claramente encontra-se muito mais rico, mais abrangente e muito mais forte do ponto de vista que é a nossa vontade agregadora, daí este primeiro agradecimento a todas estas pessoas que ajudaram a construí-lo.

A caracterização das infraestruturas que será um tema muito debatido pelos nossos Vereadores do Oposição – dizer que este documento, de forma técnica e de forma pragmática, analisa o estado de todas as infraestruturas desportivas e, efetivamente, reconhecemos algumas das nossas deficiências e lacunas de forma transparente, como tem sido apanágios deste Executivo e coloca efetivamente o “dedo na ferida” dizendo que fazem falta infraestruturas desportivas em determinados locais do nosso Concelho e, inclusivamente, mostra o desequilíbrio existente dentro do nosso território.

A nível de eixos estratégicos, ele tem fundamentalmente três eixos:

- O aumento da prática desportiva;
- Investimento infraestrutural;
- Desporto como desenvolvimento sustentável.

Não vou explicar estes eixos, até porque este documento ainda irá à Assembleia Municipal. Será devolvido a todas as entidades que conosco colaboraram; vamos ter uma sessão pública de apresentação deste mesmo documento, mas de qualquer das maneiras, queria só destacar alguns pontos:

Nomeadamente no aumento da prática desportiva – para além daquilo que é a questão do aumento do número de praticantes, de utilização, de consolidação da oferta do desporto, fomentar o desporto adaptado, o desporto feminino, claramente aqui com estratégias de inclusão a segmentos da população que, normalmente, não estão englobados naquilo que é a política municipal; apoiar iniciativas de coletividades conjuntamente com federações, como é o caso do Centro de Marcha e Corrida; e transpor esse exemplo para outras partes do nosso território.

Queria aqui destacar, acima de tudo, três medidas que este Plano contempla.

A primeira, uma sugestão que apareceu no âmbito das reuniões realizadas e que trabalhei conjuntamente com a minha colega da área social, é o desenvolvimento de uma bolsa solidária do desporto a partir da próxima época desportiva, com o início em setembro em que a Câmara Municipal se irá substituir aos pais naquilo que é o pagamento da mensalidade junto dos clubes para famílias carenciadas. Medida que teve de imediato a anuência do Senhor Presidente da Câmara.

Outra medida que também surgiu das conversas e contributos que recebemos é a criação do Conselho Municipal do Desporto. O Município da Covilhã depois de ouvir a UBI, responsáveis de Clubes e Associações claramente se apercebeu que havia a necessidade de termos um espaço intermédio entre aquilo que é a orientação política e de direção do desporto a nível municipal e aquilo que é os efeitos dessa mesma política. E, portanto, achamos que o Conselho Municipal de Desporto integrado por entidades, pelos “*players*” e por todos os agentes desportivos, nomeadamente a UBI, Agrupamentos de Escola, porque claramente a Câmara Municipal pretende implementar uma estratégia de desenvolvimento de um trinómio que é o desporto federado, desporto universitário e desporto escolar, alicerçado numa maior ligação entre estes três pilares para potenciar essa mesma prática desportiva das nossas crianças e dos nossos jovens. Portanto, este Conselho Municipal de Desporto, que irá ter a sua génese e também presente essas mesmas atividades, será claramente um interlocutor que irá potenciar estas parcerias e a forma de podermos cada vez mais de interligar estas ações. São medidas concretas que estão aqui a ser propostas.

Dizer também, a quem receia que eventualmente este Executivo estará a condicionar os restantes, enquanto responsável pelo pelouro gostava de ter recebido um documento deste género. Compreendo as vicissitudes e os tempos que são diferentes, mas a verdade é que, relativamente a este Plano, quem acha que nós estamos a condicionar o futuro, ele prevê que, anualmente, conjuntamente com o plano de ação, de atividades e orçamental da Câmara, haja um plano de ação associado ao plano estratégico de desenvolvimento desportivo onde se possa definir quais as medidas concretas que anualmente irão ser realizadas, orçamentá-las e defini-las.

Também está prevista uma metodologia de revisão, exatamente nesse Conselho Municipal de Desporto, que se irá pronunciar regularmente sobre o plano e ter oportunidade de ser revisto e atualizado com aquilo que são as realidades.

Do ponto de vista infraestrutural e depois de ouvirmos as entidades e o IPJ, o Plano estava previsto para 2021/2025, a verdade é que o nosso Plano, o investimento infraestrutural é ambicioso. Estamos a falar entre 12 a 14 milhões de euros de investimento e, quando estamos a falar nessa ordem de grandeza em termos de verbas, estão aqui previstos o Pavilhão Multiusos, uma nova Piscina Coberta, um conjunto de campos multidesportivos em várias freguesias onde hoje não existem, também na cidade da Covilhã, que apesar de parecer tem falta deste tipo de equipamentos, investimentos a nível do *Trail*, do BTT, densificando aquilo que tem sido a aposta

deste Executivo a nível dos Percursos Pedestres e do Turismo Natureza, inclusivamente a inclusão de um Centro de Alto Rendimento em altitude.

Acho que fomos ao encontro daquilo que é a ambição do Concelho da Covilhã, das pessoas que tivemos a oportunidade de ouvir e, sobretudo, a ambição deste Executivo.”

O Senhor Vereador Carlos Alberto Pinto interveio para fazer alguns comentários sobre a intervenção que o precedeu dizendo: “eu creio que, não buscando aquela palavra que foi dita que tudo acontece em ano eleitoral, e eu sou um bom exemplo disso, relativamente a decisões inauguratórias lógicas sobre coisas que se lançam nos inícios dos mandatos, todavia, estava a ouvir o Senhor Vereador sobre este Plano Desportivo e acho que ele tem duas coisas notórias:

- a primeira é que é muito injusto em relação ao que existe na Covilhã, por esforço não da Câmara, mas de muita gente que acordou para o desporto, provavelmente, há muitos mais anos que o Senhor Vereador;

- a segunda é que vem aqui prometer ação quando naturalmente esta filosofia já poderia ter sido aplicada no terreno há oito anos e estando nós agora a ouvir os resultados da implementação desse plano de prática desportiva, porque é disso que se trata.

O que nos importa e que não disse o Senhor Vereador é que em 2013 tínhamos tantos praticantes de desporto nos diversos grupos etários e hoje temos tantos. Sobre isso, zero, “niente”.

Queria recordar o Senhor Vereador, quando disse que em 20-30 anos não se fez o que se devia mas, há 20-30 anos nós tínhamos o Estádio Santos Pinto, a Piscina dos Penedos Altos, o Pavilhão do Inatel e o dos Penedos Altos. Era o que tínhamos.

Um bocadinho de respeito pelo esforço feito pela comunidade, não pelos titulares das Câmaras, em dezenas de infraestruturas, quanto mais não fosse de um simples ringue de patinagem cimentados para as festas de aniversário e as crianças praticarem desporto, ficava-lhe bem. Desde o Oriental de São Martinho até Vale Formoso, passando por Dominguiço até ao Barco, passando pelas piscinas de ar livre e as aquecidas na Covilhã, reconvertidas, passando pelo Complexo Desportivo, imagine! Quando a Covilhã nunca foi contemplada das infraestruturas de apoio comunitário e portanto teve de ir buscar o Regimento de Engenharia de Espinho para fazer as terraplanagens e iniciar as obras no Complexo com grande imaginação. Tudo isso, evidentemente, com larga margem para este Executivo, designadamente aquilo que agora vem prometer que é levar a cabo o grande Pavilhão da Covilhã que é necessário.

Eu saúdo todos os esforços a qualquer tempo para fazer melhor, mas até agora nem infraestruturas desportivas nem o Pavilhão do INATEL, essa é que é a verdade.

O que existe na Covilhã deve ser conservado, essa é que é a grande palavra de ordem, porque já é muito, designadamente para uma cidade de montanha que precisa de espaços fechados e tem muitos pavilhões para a prática do desporto em tempo de maior turbulência.

Queria relevar o que foi aqui abordado, muito sinceramente, e que em Executivos anteriores teve algum sucesso e depois no final, também por vontade das escolas perdeu impulso, que é o desporto escolar. O desporto escolar é o centro do lançamento viciante das crianças praticarem desporto. Esse é que é o ponto angular do incremento da prática do desporto, e foi aqui abordado com menos incidência do que aquela que eu esperava, não apenas pela prática interna às próprias

escolas, mas pela competição entre escolas que, no caso da Covilhã, chegou a ter um apogeu anual, justamente, com as melhores escolas nas diversas modalidades, designadamente com a estrutura que tem a Covilhã e que de Évora, se não mesmo de Vila Real de Santo António até Bragança não existem mais, a não ser em Viseu que é a pista de atletismo de 8 corredores.

Não dou a importância que, provavelmente, o Senhor Vereador está a dar a um Plano, que é sempre importante, numa manifestação de intenções, basta olhar para a nossa Constituição que atribui uma casa a cada Português e estamos como estamos, para além de outros objetivos que não foram cumpridos. Portanto o Plano valerá por aquilo que se pode mostrar de intenção, mas ações concretas de organização e de se pegar já naquilo que existe, designadamente na componente escolar e também no associativismo.

Vale mais aquilo que a Câmara proporcione de ajudas complementares, em termos financeiros ao associativismo e a alavancagem dos mecenas da atividade desportiva nas associações e nos grupos, do que propriamente a criação de departamentos e outras estruturas internas ao Município, visto que quem faz o desporto é lá fora, justamente por esses entusiastas que são muitos no associativismo da Covilhã, que se não tivesse a renovação das sedes, falando de infraestruturas, hoje estariam a bater à porta, provavelmente deste Plano, e a dar argumentos ao Senhor Vereador para desvalorizar aquilo que foi feito.

Saudando a parte positiva que sempre tem estas iniciativas de organização, porque é disso que se trata, todavia chamava a atenção para o facto de a Covilhã, não estando a 100% de infraestruturas desportivas e a crítica é sempre possível em sede de levantamento como aqui foi referido. Qual é o concelho, tirando Lisboa, que tem dois Estádios a cinco minutos um do outro? Haverá sempre coisas para fazer, designadamente aquilo que saudaria, era a candidatura ou encontro de recursos para candidatar o grande Pavilhão da Covilhã já com o projeto depositado na Câmara.

Para terminar, gostaria que esta abordagem fosse feita pela estatística dos praticantes e não apenas por aquilo que está a montante, que é importante, mas não é tudo.”

O Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes interveio para fazer uns comentários críticos ao documento.

“O documento é, essencialmente, um levantamento do estado das infraestruturas de que o Concelho dispõe e eu não tenho competência técnica para avaliar se o levantamento está bem feito, embora encontre aqui algumas instalações em que não estou de acordo com o resultado final da sua avaliação e fico sem saber se foi feita apenas por técnicos de desporto ou num quadro mais alargado, mas isso é a parte menos relevante.

A minha primeira crítica é que me parece que este Plano é essencialmente uma carta desportiva pelo levantamento que faz das infraestruturas e é mais parco do ponto de vista estratégico.

Mesmo do ponto de vista do levantamento, ele é essencialmente infraestrutural e aqui estou de acordo com o Vereador Carlos Pinto. Há uma parte do levantamento que era essencial fazer, até para se poder perceber a componente estratégica, que é o número de participantes, os participantes por idades, se há ou não prática desportiva nas famílias mais carenciadas, como é que há prática desportiva da população sénior, qual é a prática desportiva de pessoas e de crianças com incapacidades motoras. Portanto, fazer uma parte não só de equipamentos mas

537 FI.

também a parte humana, porque o plano estratégico diz e parece-me que bem, na sua visão e sua análise swot, que o que interessa, do ponto de vista do desporto, é a qualidade de vida, melhorar a saúde, melhorar a performance de todos nós e a coesão social, e essa parte falta ao levantamento. Era importante que houvesse porque nós não conseguimos avaliar alguns dos objetivos estratégicos do plano se não tivermos esse levantamento feito, para ver o que acontece agora e depois podermos medir se daqui a 15/20 anos o plano que estamos aqui a aprovar teve ou não teve êxito. É uma componente que faz muita falta no levantamento.

Depois acho que falta a parte estratégica. É evidente que as coisas não se medem por páginas, mas basta ver o nível de concretização da parte do levantamento das infraestruturas e depois com aquilo que é a concretização dos três eixos estratégicos que aqui são definidos e mesmo desses eixos, aquilo que é minimamente identificado com alguma precisão é uma vez mais a questão infraestrutural. E mesmo aí, acho que falta algo mais, falta saber prazos, valores de investimento, falta saber onde candidatar e pagar em percentagem e o quê.

Há aqui uma parte de boas intenções, de requalificar a pista de atletismo, desenvolver as ciclovias da cidade, etc. etc.,. Mas não há nada sobre o ponto de vista estratégico, quando, como, pagando o quê e quando ficará pronto. Mesmo aqui, na parte das infraestruturas, achava importante encontrar aqui a forma de garantir que estes equipamentos vão estar disponíveis para os cidadãos com mobilidade reduzida e não há uma palavra aqui nesta parte sobre este assunto e era importante fazê-lo por causa da coesão social e da necessidade de garantirmos a essas pessoas a possibilidade de acederem a esses equipamentos.

Não quer dizer que não está na cabeça de quem fez o plano, mas vai vincular os Executivos posteriores e achava muito importante que ficasse claramente esse como um eixo necessário, quer a essa população, quer à população sénior com o envelhecimento ativo.

Portanto, olhar para a questão estratégica do desporto, e é aqui que entro agora na parte não só infraestrutural, é numa componente mais ampla que sinto falta aqui.

É verdade que é falado a questão de linhas futuras, a questão das escolas e das federações, que acho muito importante, mas acho que estamos a olhar, eventualmente, para o plano ou parte do desporto de forma demasiado setorial.

Era importante termos aqui a área da saúde e a área social porque é mais ampla a estratégia da parte do desporto do que meramente a prática desportiva nestes equipamentos. Era útil termos aqui uma perspetiva mais alargada, com dados de saúde, porque o desporto é umas das áreas mais importantes para evitar que as pessoas adoeçam e vão para aos hospitais e centros de saúde, sendo a única forma dos centros de saúde conseguirem travar a falta de recursos que tem. E isto não está aqui neste plano. Temos o CHUCB, a UBI e esta abrangência acho que faz falta aqui.

Depois do ponto de vista dos outros eixos, o 1 e o 3, confesso que aqui sinto mesmo falta, para além das faltas que já fui identificando, de estratégia. Não estou em desacordo com a configuração final das ideias estratégicas, aumentar o número de praticantes, mas falta a estratégia e políticas ativas para isso, porque não sabemos quais são. Não conheço quais são os programas através do qual se vão conseguir estes objetivos e quais as iniciativas propostas em rigor para isso.

Em resumo, na parte do levantamento da componente humana e de saúde, isto é, do número de pessoas, de praticantes, de modalidades por idades, para termos um mapa de quem pratica ou não pratica desporto na cidade e no concelho e de que forma o desporto pode ajudar, em

articulação com as entidades de saúde, à melhoria da qualidade de vida das populações. Na parte do levantamento sinto falta disso.

Na parte estratégica sinto falta da densificação de cada um dos eixos. No caso do eixo infraestrutural, de uma calendarização e de um pacote financeiro. E nos outros dois sinto falta de concretização da parte estratégica e de uma interligação com outras áreas. Fazer referência, de facto, também à população sénior e com mobilidade reduzida ou outro tipo de deficiência que acho que nós temos mesmo de expressamente cuidar e termos aqui um eixo que permita desporto mais inclusivo.”

O Senhor Vereador José Miguel Ribeiro Oliveira usou da palavra para, “em primeiro lugar, agradecer as críticas, os contributos, as opiniões veiculadas pelo Senhor Vereadores.

Compreendo que, em retórica política, se vá buscar uma outra palavra que o nosso “adversário” utiliza para argumentar.

Quero dizer ao Senhor Vereador Carlos Pinto que nunca pretendi na minha intervenção, e que fique claro, ser injusto com todos os homens e mulheres que contribuíram não só na autarquia, mas também a nível associativo para aquilo que eu acho que é um potencial grande e forte da Covilhã, do ponto de vista desportivo.

Aliás, não quis, propositadamente, centrar a minha intervenção inicial no passado, até porque senão teria que ter começado a dizer que quando este Executivo tomou posse em 2013 com a dívida colossal que teve, obviamente, apesar de querermos propor, estimular estratégias de desporto, sociais e associativas, a nossa preocupação era pagar os 93 milhões euros. Não quis, claramente, trazer esses argumentos para a discussão deste assunto porque estão no passado e este Presidente e este Executivo, de uma forma sustentável, concretizar obra. Os planos estratégicos estão a aparecer no tempo em que devem efetivamente aparecer e em que tem condições para serem realizados.

Deixando o passado para trás e reconhecendo todo o trabalho que foi feito por todos os Executivos e pelas pessoas ligadas ao movimento associativo, as pessoas não têm noção, apesar da história que o Concelho da Covilhã tem do ponto de vista do movimento associativo, nós não tínhamos históricos de dados deste próprio movimento, de número de participantes e de atletas federados, ou seja, não se trabalhava a estatística das infraestruturas. Se tentarem procurar dados de utilização desportiva de anos anteriores, temos dificuldade imensa em encontrar. São mesmo inexistentes e, por isso, tivemos de ir criando um pouco essas metodologias e essas práticas.

Este plano não pretende e o Município diz claramente o seguinte: “Estamos na área de promover o desporto, também no plano da saúde e no desenvolvimento do indivíduo. Não estamos na área do desporto federado e escolar. Existem agentes nessas áreas a desenvolver essas atividades”.

O que entendemos, e dizemos claramente, é que encontramos vantagens de todos estes agentes trabalharem em conjunto e começar a haver um ponto focal para o qual todos devem contribuir e trabalhar e é isso que ao fim ao cabo é a mensagem deste Plano.

Não queremos a questão da componente federativa, queremos trabalhar com elas, como com os Agrupamentos de Escola na área do desporto escolar, bem como a Universidade já de disponibilizou para trabalhar connosco, naquilo que pretende ser, um estudo alargado e que vai

ao encontro daquilo que o Senhor Vereador Adolfo Mesquita Nunes referiu, relativamente à componente desportiva e social, se bem que a questão do envelhecimento ativo está incluída no eixo 1.

Em relação àquilo que falou em falta de estratégia, ela está lá quando dizemos aumentar a prática desportiva é a estratégia. O que pode referir e que concebo, é que poderão, em alguns pontos, faltar ações concretas, como vamos fazer isso. É exatamente por isso que referi que iríamos anualmente apresentar estes planos de ação com a orçamentação dessas mesmas atividades, descrição e o que se pretende fazer. Aliás, muitas destas ações estão a ser preparadas.

Não podemos esquecer que em 2013 tínhamos dois técnicos de desporto e hoje temos sete, o que mostra que foi uma aposta deste Executivo nesta área e vai-nos dando, obviamente, capacidade crítica de podermos trabalhar cada vez melhor estas matérias.

Estou disponível para receber todos os contributos dos Senhores Vereadores. Este documento vai ainda à Assembleia Municipal e voltar aos nossos interlocutores e a quem trabalhou o documento connosco. Nós estamos no início do caminho, do ponto de vista de uma prática desportiva integrada e que pretendemos que seja com uma visão conjunta de todos.

É verdade que a Câmara Municipal tem feito ações de promoção desportiva e estão aí descritas, em termos de número de atletas, de associações, de modalidades e a componente da prática desportiva. É verdade que os dados não são muito atrasados, mas a verdade é que efetivamente não os temos. Se tentarem procurar o número de praticantes federados, anteriores 2013, temos algumas dificuldades e se alguém os tiver, agradecemos, porque os iríamos copilar e trabalhar.

Acho que é um plano abrangente que não condiciona os Executivos, embora acreditando, obviamente, teremos a oportunidade de incorporar esta estratégia.”

Solicitou o uso a palavra o Senhor Vereador Carlos Alberto Pinto para dizer que “pegava nos próprios números do plano para referir o seguinte: 29 grandes campos existentes, 64 pequenos campos, 20 pavilhões, 34 salas de desporto, 1 pista de atletismo, 8 piscinas descobertas, 1 piscina coberta, 17 parques de *fitness*. Portanto, quando fala na dívida da Câmara, deve ser um papelinho que meteu em 2013 em todos os bolsos dos casacos do Senhor Vereador para, quando está aflito, tira esse papelinho, ora, aqui está o argumento. Eu levo isso para esse campo. Aí está tudo isso que está feito. Não haverá um caso que não tenha tido subsídio da Câmara. Tem aí a explicação.

Quero apenas dizer que o que pretendo é chamar a atenção para o acento tónico ser colocado na prática do desporto e a prática do desporto incentivada pela Câmara não é algo que dê para orgulhar agora haver sete técnicos de desporto. Provavelmente ficava mais contente se estes técnicos de desporto tivessem afetos a organizações da cidade. Isso significava que a Câmara tinha descentralizado esse incentivo ao desporto e não que tinha ao seu serviço funcionalizado essa artilharia, cuja promoção do desporto até agora não sabemos qual é, a não ser as espontâneas que vão surgindo de vez em quando.

Saudando sobretudo no documento aquilo que seja uma visão sobre o que existe e as suas lacunas, sendo certo e era bom que viesse calendarizado e com perspetivas dos recursos para esse efeito, sob pena de estarmos a falar de um projeto de intenções. É neste plano que me coloco e, naturalmente, deixo aqui estas notas que não vejo suficientemente relevadas no plano, como

seria mais interessante, ter justamente este levantamento do potencial escolar para efeitos de incremento da prática desportiva.”

Solicitou o uso da palavra o Senhor Vereador Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes dizendo que ia dar um exemplo para ajudar a perceber aquilo que estava a tentar dizer:

“O Senhor Vereador José Miguel Oliveira diz que não conseguia fazer uma parte estatística dados porque os não tem e admito isso. Mas esse é um problema que nós temos e se não trabalharmos isso daqui a dez anos vamos continuar a não ter. Portanto, um dos eixos estratégicos que o plano devia ter é como é que vamos resolver esses dados. Isto é um exemplo de como para a parte estratégica do desporto não nos podemos focar apenas na parte infraestrutural. Era importante termos esses dados bem como para cada um dos eixos estratégicos, termos que atividades vamos fazer, com que calendário, quais os resultados e o que esperamos atingir com aquela medida e que indicadores vamos utilizar para medir se ela foi executada ou não. Isto é o que um Plano Estratégico e sinto falta disso e também na área da saúde; da formação; no desporto sénior.

Na área da saúde, devia fazer parte dos eixos estratégicos, ações de rastreio de indicadores de saúde para depois motivar as pessoas para a prática do desporto, ações de formação em várias populações.

A crítica que estou a fazer, da forma mais factual possível, é que falta a densificação estratégica. O documento é desequilibrado, tem um enorme peso na identificação das infraestruturas, é depois esse o eixo que mal ou bem é mais concretizado e tudo o resto falha. Para estimular o tecido associativo ficamos sem saber o que se vai fazer. Não sou especialista nesta área, quanto muito consigo olhar politicamente para um documento estratégico e ver aquilo que estou a ver agora. Acho que faz falta estratégia, envolvimento de outras áreas e uma visão mais holística do desporto. Acho que este documento precisa de uma revisão forte, razão pela qual me vou abster.”

Solicitou o uso da palavra o Senhor Vereador José Miguel Ribeiro Oliveira para “referir que, efetivamente, neste momento, posso garantir que já temos dados do número de praticantes, caracterização desses mesmos praticantes nos programas municipais, vertidos na página 14 do documento, quando abordamos as atividades desenvolvidas. Temos os dados estatísticos de utilizadores, de praticantes e também passamos a ter, com o Regulamento de Apoio ao Associativismo, os dados atualizados e autenticados pelas próprias federações de desporto, do número de praticantes federados. Estamos a construir esse “*know how*” e temos de dar o salto seguinte que é começar a fazer estudos conjuntamente com a UBI, com os Departamentos de Desporto e de Sociologia, nomeadamente já numa índole social e da saúde. Mas o caminho faz-se caminhando e estou certo que iremos ter a oportunidade de mostrar que este documento não se trata apenas de um conjunto de intenções, mas sim de uma visão clara que não é apenas da cabeça do Senhor Vereador, é corporizada por este Executivo, nomeadamente por quem o lidera, o Senhor Presidente da Câmara, de que o desporto é claramente um eixo essencial de aposta do Concelho da Covilhã.”

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu aos Senhores Vereadores “pela rica e importante discussão que aqui teve lugar. Esta discussão e o ter-se alongado com a elevação que o

conseguimos fazer diz bem da importância deste documento e do sentido de oportunidade do mesmo, da consistência e densidade dele. Obviamente que é um documento dinâmico e aberto.

Agradeço, muito sinceramente, aos Senhores Vereadores todos os contributos que aqui deram e que aguardamos que continuem a dar, bem como às restantes forças políticas representadas na Assembleia Municipal para que o possamos melhorar. Não temos a pretensão de o considerar perfeito, acabado e não há dúvida nenhuma que a estratégia é sempre muito importante, mas a verdade é que, para além da estratégia e com a estratégia o fundamental, é que realizemos, concretizemos e façamos. É isso que queremos fazer. Queremos fechar o ciclo das infraestruturas básicas neste domínio, sem escarnecer ou desvalorizar aquelas que foram feitas no passado, a verdade há que fechar este ciclo e é isso que pretendemos fazer com a construção de pavilhão desportivo multiusos que tenha uma utilização que vá para além da prática desportiva e de um complexo de piscinas que se impõe.

A Covilhã, atenta ao número de associações e de prática desportiva em larga escala e com todas as frentes e valências e todos esses eixos que o documento contempla, a verdade é que precisamos de concretizar. Estratégia sim, este é o momento para falarmos de estratégia, sobre aquilo que pretendemos, mas depois é que não podemos perder a oportunidade, logo que ela nos surja, passarmos à prática e com todo o pragmatismo, independentemente da importante discussão sobre este documento.”

A Câmara deliberou, com a abstenção dos Senhores Vereadores Carlos Alberto Pinto e Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, aprovar Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal, nos termos da alínea f) do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação vigente, conjugado com o artigo 32.º e alíneas a) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo diploma legal.

Mais deliberou, nos termos previstos na alínea h), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2031, de 12 de setembro, na sua redação vigente, remeter à Assembleia Municipal para aprovação.

d) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a CAMI – Clube Aventura do Minho – Rampa da Covilhã - Serra da Estrela 2021

Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos.

RÚBRICAS

ATA DA REUNIÃO DE 21/05/2021

 42 Fl.

5.5. DIVISÃO DO URBANISMO

Não foram agendados assuntos neste ponto.

- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Senhor Rui José Baltazar Lopes**, residente numa habitação social da Câmara Municipal, sita na Rua Viriato, Bloco 3 – 2.º Frt., Pinhal do Gaiteiro, Bairro da Biquinha, Covilhã, face ao estado degradado da mesma devido a humidades de grande dimensão, situação verificável por fotografias que entregou no serviço de ação social e que se arrasta há já demasiado tempo, referiu que urge resolver através de intervenção/reparação de fundo, por parte da Câmara, por forma a colmatar tais deficiências e, assim poder viver condignamente.

Referiu ainda que esperava não ter de passar outro inverno nas condições que tem vivido e que são deploráveis.

- **Senhor Fernando Ferreira**, residente na Rua Rui Faleiro, 28, Covilhã, referiu que, devido às obras em curso do Teatro Municipal, há cerca de dois anos tem sofrido com os barulhos e os pós, situação compreensível, solicitando à Câmara Municipal a limpeza da fachada do seu edifício, à semelhança de casos idênticos.

- **Senhora D. Isabel Ferreira** reforçou o pedido de limpeza da fachada do edifício e não uma limpeza a fundo dos granitos e que aguardava uma resposta à sua solicitação, considerando de toda a justiça e, inclusive, de obrigação.

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, Senhor Eng. Jorge Manuel Galhardo Vieira que, relativamente às casas de habitação social e os problemas de humidades, “genericamente é um problema que é extensivo a todas as nossas casas de habitação. É do nosso conhecimento e de todo o Executivo Municipal. Neste momento estamos a fazer intervenções no exterior desses edifícios a nível de eficiência energética. As humidades de que os nossos inquilinos se queixam tem duas origens: uma tem a ver com as paredes exteriores e o facto de os edifícios serem antigos e estarem com algum nível de fissuração que facilita a entrada de água a partir do exterior, mas também há humidades no interior que resulta da insuficiente ventilação dos espaços de quem neles habita e que deve com regularidade e diariamente abrir janelas para ventilar, e nem toda a gente o faz, e a formação de condensações no interior das habitações acaba por se refletir na criação de bolores e humidades e muitas das situações são resultados disso.

Não significa que as habitações não necessitem de ser conservadas, uma vez que o nosso parque habitacional já tem bastantes anos e naturalmente que se degrada e tem de ter intervenções de conservação mas, neste momento, não está programado a execução desses trabalhos. Primeiro estamos a terminar as intervenções no exterior e só depois iremos fazer intervenções no interior.”

Relativamente ao assunto colocado pelo Senhor Fernando Ferreira, referiu que já tinha explicado que a sujidade que diz que tem na fachada do edifício há duas situações diferentes. O prédio é antigo e tem uma área de fachada revestida a granito e a sujidade nessas cantarias de granito é sujidade que resulta dos anos de vida do edifício e, provavelmente dos gases de combustão provocados pelas viaturas automóveis que circulam na rua e não resulta da obra do Teatro. No

entanto, devido às demolições, alguma poeira no ar poderá ter-se fixado nas paredes porosas do edifício. Em seu entender, não havia necessidade de uma lavagem com mangueira uma vez que as chuvas do inverno serão suficientes para lavar a fachada do edifício.

Independentemente disso, a reclamação foi encaminhada para o empreiteiro da obra a quem compete fazer os trabalhos que houver necessidade de fazer.

Relativamente aos trabalhos que se estão a fazer no edifício da APAE Campos Melo e no contíguo, também teve a oportunidade de explicar que se deve, aquando da betonagem, ter respingado material de betão para a fachada dos edifícios e se trata apenas de uma simples limpeza de remoção desse mesmo material.

O Senhor Presidente solicitou que se falasse com o empreiteiro e o tentassem sensibilizar para a limpeza da fachada do edifício.

Relativamente ao pedido do Senhor Rui Lopes, deu nota que se estavam a realizar obras de eficiência energética que consiste na aplicação de capoto nas paredes, colocação de caixilharia e instalação de painéis solares, sendo uma fase de intervenção em toda a habitação social do concelho. Havia uma segunda fase de intervenção prevista, mas ainda não calendarizada, razão pela qual não poderia dar garantias temporais, sendo certo que vão ser realizadas obras de melhoramento/requalificação no interior das habitações sociais do concelho e até ampliar essa mesma habitação social, para além de uma bolsa, que não vem ao caso, para o problema concreto. Que existe a necessidade, vontade e decisão já tomada, através de candidaturas que se estão a consubstanciar para esse efeito.

Solicitou o uso da palavra o Senhor Vereador Carlos Alberto Pinto, a qual foi concedida, e relativamente à reclamação do Senhor Fernando Ferreira, situação da qual já se tinha apercebido, referiu que, para além da avaliação técnica das consequências efetivas da obra, em seu entender, julgava ser uma oportunidade de não deixar esses blocos em desconformidade com aquilo que é a obra nova do Teatro Municipal, aconselhando a Câmara, ainda que sem o rigor do apuramento das responsabilidades e em benefício do próprio Teatro Municipal, deixasse a fachada desses edifícios como novas.

ATA DA REUNIÃO DE 21/05/2021

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de € 6.069.037,82 (seis milhões, sessenta e nove mil, trinta e sete euros e oitenta e dois cêntimos).

ENCERRAMENTO

Pelas 11:20 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si ser assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica.

O Presidente da Câmara, _____

A Diretora do DAGCJ, _____